



**GEDES**

Grupo de Estudos de Defesa  
e Segurança Internacional

## OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

**INFORME BRASIL Nº 02/2018**

Período: 10/02/2018 – 16/02/2018

**GEDES – UNESP**

- 1- Força-tarefa foi criada para controlar entrada de venezuelanos no Brasil
- 2- Presidente da República decretou intervenção com apoio das Forças Armadas no Rio de Janeiro
- 3- Procuradora-geral da República pediu o desarquivamento de ação referente ao assassinato de deputado durante o regime militar

### 1- Força-tarefa foi criada para controlar entrada de venezuelanos no Brasil

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, foram anunciadas medidas para controlar o fluxo migratório de venezuelanos para o Brasil. De acordo com o *Correio*, durante viagem no dia 08/02/18, o ministro da Defesa, Raul Jungmann, afirmou que a situação em Boa Vista, capital do estado de Roraima, é crítica, e que o governo federal pretende iniciar a distribuição do primeiro grupo de mil venezuelanos que chegaram ao estado de Roraima para os estados de São Paulo, Amazonas, Mato Grosso do Sul e Paraná a partir do mês de março de 2018. O presidente da República, Michel Temer, declarou que a situação dos refugiados no estado de Roraima é um “efeito colateral” da crise na Venezuela e que a atuação do Brasil é “diplomática”. O ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Sérgio Etchegoyen, afirmou que “a situação é dramática” e acrescentou: “precisamos entrar com uma forte ação federal para ajudar o Estado e os municípios de Roraima”. Ainda segundo Etchegoyen, “fechar fronteira não é política do Brasil”. Segundo os jornais *O Estado* e *Folha*, em visita ao estado de Roraima no dia 12/02/18, Temer anunciou a criação de uma força-tarefa para controlar a entrada de venezuelanos no Brasil. De acordo com *O Estado*, o governo brasileiro deverá investir R\$ 15 milhões na duplicação de postos de controle na fronteira e no aumento de 100 para 200 militares nos pelotões de fronteira. Em coluna opinativa para *O Estado*, o jornalista Roberto Godoy apontou o reforço militar anunciado por Temer como insuficiente para controlar o fluxo de refugiados, tendo em vista a fronteira de 2.100 km entre Brasil e Venezuela. A governadora do estado de Roraima, Maria Suely Silva Campos, sugeriu a atuação do Exército no policiamento ostensivo na cidade de Pacaraima e afirmou que “o crime organizado aproveita a vulnerabilidade dos venezuelanos para fazê-los transportar drogas e armas para o Brasil”. De acordo com *O Estado*, o responsável pela força-tarefa será o general Eduardo Pazuello. Segundo a *Folha* e o *Correio*, a força-tarefa foi amparada com a edição de uma Medida Provisória que regulamenta a situação de “estado de emergência social” e que oficializou o arcabouço jurídico para a

atuação do governo federal em Roraima. (Correio Braziliense – Mundo – 10/02/18; Correio Braziliense – Política – 15/02/18; Correio Braziliense – Política – 16/02/18; Folha de S. Paulo – Mundo – 12/02/18; Folha de S. Paulo – Mundo – 15/02/18; Folha de S. Paulo – Mundo – 16/02/18; O Estado de S. Paulo – Internacional – 12/02/18; O Estado de S. Paulo – Internacional – 13/02/18; O Estado de S. Paulo – Internacional – 15/02/18; O Estado de S. Paulo – Internacional – 16/02/18)

## 2- Presidente da República decretou intervenção com apoio das Forças Armadas no Rio de Janeiro

De acordo com os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o presidente da República Michel Temer decretou, no dia 15/02/18, intervenção na segurança pública do estado do Rio de Janeiro. A medida foi anunciada após reunião entre o presidente, ministros de governo — dentre os quais Raul Jungmann, da pasta da Defesa, e Sérgio Etchegoyen, chefe do Gabinete de Segurança Institucional —, o governador do estado do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e o presidente do Senado, Eunício Oliveira. De acordo com os periódicos, o decreto tem o intuito de conter a onda de criminalidade e violência no estado e deve ser submetido à aprovação pelo Congresso Nacional no prazo de dez dias. Com o decreto, o comando das Polícias Militar e Civil do estado do Rio de Janeiro serão submetidos às Forças Armadas. Segundo os periódicos, o general Walter Braga Netto foi selecionado como interventor federal. (Folha de S. Paulo – Alalaô – 15/02/18; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 16/02/18; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 16/02/18)

## 3- Procuradora-geral da República pediu o desarquivamento de ação referente ao assassinato de deputado durante o regime militar

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge requisitou que o Supremo Tribunal Federal (STF) desarquive e julgue um recurso feito à corte por cinco acusados de envolvimento na morte do ex-deputado Rubens Paiva, em janeiro de 1971, durante o regime militar (1964-1985). No ano de 2014, o ministro do STF, Teori Zavascki, concedeu uma liminar que suspendeu a tramitação de uma ação penal aberta contra cinco militares acusados pelo homicídio de Rubens Paiva na 4ª Vara Federal do Rio de Janeiro. De acordo com a Comissão Nacional da Verdade (CNV), militares do 1º Batalhão de Polícia do Exército foram testemunhas da morte sob tortura do deputado no Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Apesar da ausência de um julgamento definitivo, a reclamação dos cinco militares foi arquivada. No pedido, Dodge reconheceu a “imprescritibilidade dos crimes de tortura” e “a necessidade de reflexão a respeito do alcance da anistia reconhecida” pelo STF. De acordo com a *Folha*, a requisição da procuradora-geral pode “levar o Supremo [Tribunal Federal] a rediscutir o alcance da anistia dada aos agentes da ditadura e reconhecida em corte em um julgamento de 2010”. De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o pedido de Dodge causou inquietação entre militares do alto-comando do Exército. Segundo o periódico, o tema deve ser pautado na próxima reunião do alto-comando da corporação, prevista para a semana do dia 19/02/18. (Folha de S. Paulo – Poder – 15/02/18; O Estado de S. Paulo – Política – 15/02/18)

## **SITES DE REFERÊNCIA**

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

### **Equipe:**

Bruce Scheidl Campos (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); David Succi Júnior (Supervisor, doutorando em Relações Internacionais, bolsista CNPq); Gabriela Fideles Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Gustavo Henrique Gonçalves Ferreira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Leonardo Dias de Paula (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais); Leonardo Molina Ferreto (Redator, graduando em Relações Internacionais); Matheus Bittencourt de Amorim (Redator, graduando em Relações Internacionais); Natália Rodrigues Germano (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Rafaela Schuindt Santos (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Sophia Teixeira e Souza (Redatora, graduada em Relações Internacionais).